

Fundação Cuidar o Futuro

O MAD E A SITUAÇÃO PRESENTE

- vector económico — ultrapassado por "Áreas de referência",
"Projectos Abril"

- vector político — sistema eleitoral distorcido

("presidencialismo de Governo")

← Gov. Públ.
← Adm. Públ.
← partidos

- baliza num mo/ de intervenção externa de dificuldade

Lisboa, 10 de Novembro de 1983



O MAD E A SITUAÇÃO PRESENTE



Vencer a resignação face à crise
impulsionar um novo desenvolvimento
construir o futuro em democracia

1. Forças sociais e partidos políticos têm manifestado a sua preocupação pelo agravamento das condições de vida do povo português e pela ausência, de perspectiva de futuro.

A diversidade de filiação ideológica dessas forças ou personalidades e a convergência das suas preocupações, mostram que a crise actual apresenta aspectos que tocam o senso comum dos cidadãos empenhados numa transformação real da vida do país.

Pela nossa parte, fieis aos valores que norteiam o MAD - Movimento para o Aprofundamento da Democracia, consideramos que a situação exige uma responsabilização democrática, capaz de criar uma nova matriz sócio-cultural, mais exigente na sua teoria (ao mesmo tempo mais científica e mais humana) e mais pragmática na sua prática (ao mesmo tempo mais realista e mais eficaz). Ao fazê-lo, contribuiremos para um aperfeiçoamento do regime democrático.

Fundação Cuidar o Futuro

2. A crise mundial e a independência possível

A crise em que vivemos tem hoje dimensões mundiais. Invocamo-la não como justificação da crise portuguesa, mas como factor que implica uma profunda modificação do entendimento dos problemas e das soluções que para eles podem ser encontradas.

As instituições democráticas, tais como funcionam no mundo ocidental, desenvolveram-se em simultaneidade com as várias etapas do processo de industrialização dos países capitalistas do hemisfério Norte. Floresceram até aos nossos dias em situações em que o fácil acesso às matérias primas, a utilização de mão-de-obra barata e o sempre possível acesso a novos mercados, criavam um pressuposto de crescimento económico. As que se designam como democracias avançadas representavam aparentemente uma garantia de constante aumento de bem estar, segundo uma lógica de progresso contínuo.

Ora a situação actual é radicalmente diferente, inédita mesmo: este tipo de democracia tem de se redefinir num universo de escassez.

As estratégias clássicas de desenvolvimento deixaram de poder propor metas seguras para a gestão eficaz do bem estar dos cidadãos.

A ciência económica entrou num período de incertezas, pela sua incapacidade

dade de interpretar a complexidade da economia na sua relação com todos os aspectos da vida.

As relações entre os Estados repercutem as consequências desse desajustamento. No início da década de 70, pareciam desenhar-se metas generosas e mobilizadoras para a cooperação entre os Estados. Hoje a recessão econômica desdobra-se na retracção das perspectivas de solidariedade.

Ao contrário do que então se esperava, tem-se processado um novo arranjo das forças mundiais que acentua a divisão internacional do trabalho, aumenta o empobrecimento e a dependência da grande maioria dos Estados, impõe por todos os meios as hegemonias existentes.

A democracia está, pois, a braços com o maior problema que já se lhe depa-rou: como gerir uma economia que faz corpo com a liberdade, tanto no plano interno como no externo.

Daí a urgência de repensar, em cada situação concreta, o projecto social e político; a urgência de encontrar os mecanismos, quer tradicionais quer resultantes das novas exigências, capazes de mobilizar a sociedade no deli- near desse mesmo projecto e de, através dele, afirmar a independência nacio- nal.

Fundação Cuidar o Futuro

Neste contexto, o quadro de opções possíveis para um país como Portugal é certamente limitado. Mas o apertado sistema mundial permite, apesar de tu- do, uma margem de manobra, dentro da qual podemos ainda encontrar caminhos próprios e definir objectivos com a autonomia possível. Impõe-se consegui- -lo . Caso contrário, se não soubermos colectivamente o que queremos, fica- mos inteiramente à mercê da vontade de outros.

3. A situação portuguesa e as medidas governamentais

A gravidade da situação em Portugal, de acordo com os indicadores habitual- mente mencionados, é inequívoca: aumento do custo de vida, desequilíbrio externo, déficit financeiro do Estado.

Mas há outros sintomas igualmente graves. No dia a dia vivemos as consequên- cias de um estado de coisas paralizantes, das nossas energias. Todos somos obrigados a uma luta constante contra estrangulamentos e formas de produção de bens ou serviços que são a própria negação de uma economia saudável. Gas- tamos ingloriamente os recursos humanos de que dispomos nesse vencer de vi- cissitudes e contratempos de serviços mal organizados.

Esta economia do desperdício atinge todos os aspectos da nossa vida colecti- va: colheitas que se não fazem, maquinaria que está parada, relatórios que

nada propõem, serviços que funcionam em circuito fechado e são socialmente inúteis.

Substituindo muitos destes aspectos, o governo tenta enfrentar a situação que o país atravessa e ataca essencialmente aqueles primeiros sintomas, do mesmo passo que adopta um conjunto de medidas comuns aos figurinos hoje seguidos nos países com problemas afins: contenção dos salários, redução das despesas públicas, aumento das taxas de juro, agravamento dos impostos, desvalorização da moeda.

Mesmo que, na lógica das premissas económicas e políticas vigentes, estas medidas pareçam inevitáveis, não é menos verdade que elas correspondem a condições impostas pelo exterior e que vêm agravar os desequilíbrios sociais do país. Isso bastaria para considerarmos que as soluções do mero "deve e haver" pervertem a finalidade social de qualquer política.

É possível que, num quadro de desenvolvimento económico e de bem-estar social generalizado, tais medidas possam atenuar alguns dos factores mais evidentes da crise. Isso não acontece, porém, em países como o nosso, onde a satisfação das necessidades básicas da população se encontra ainda abaixo de níveis aceitáveis para uma vida livre e condigna. Nesses casos, as consequências das medidas de emergência usadas vão precisamente no sentido do agravamento dos efeitos da crise que mais afectam a população trabalhadora: reduz-se o poder de compra e aumenta-se o desemprego.

Por outro lado, a gestão imediatista da crise, quando recorre a medidas de elevados custos humanos e sociais, tende a esvaziar de conteúdo o projecto que a constituição perfila e a enfraquecer a democracia. É que o médio prazo de hoje é o imediato de amanhã. De imediato em imediato, as tenazes do definhamento económico, as exigências postas à população e a dependência externa crescem incontroladamente.

Em tempo de crise há, sem dúvida, patamares de execução imediata. No entanto só têm sentido quando realizados em simultaneidade com uma política a médio prazo. É esta questão que pode ser, desde já, não só horizonte para a esperança e assim objectivo mobilizador, como também enquadramento e aferimento de cada medida pontual e imediata. Por mais pragmática que seja a gestão, ela tem que respeitar o incessante vai-vem entre o que se fez no imediato e o porque se faz na perspectiva de uma política a prazo.

Por outro lado, submetido a um programa de emergência que não ataca as causas da crise, o país corre o risco de, no termo desse programa, se encontrar em situação idêntica à inicial, porventura após alguma descompressão antes das eleições presidenciais de 1985. Voltaríamos, então, a saber que a austeridade

tem de continuar ou que se iniciaria um novo ciclo, ainda mais grave que o anterior.

Em suma, a situação humana de muitos milhares de portugueses é grave. Não pode construir-se uma gestão de emergência sobre os escombros de um povo que quer trabalhar. A questão da orientação do desenvolvimento não pode ser adiada. São necessárias soluções qualitativamente diferentes.

4. As possibilidades de uma alternativa

Não cremos que essas soluções alternativas se possam reduzir a uma simples fórmula, já adquirida. O que sabemos é que elas não são alcançáveis fora de um método de ampla participação democrática que permita tudo mobilizar - ideias, talentos, trabalho, iniciativa, pesquisa, instituições - a fim de construir novas soluções que, mesmo já no curto prazo, representem para a população a possibilidade de vencer a crise com custos menos impiedosos. No âmbito dessa procura colectiva, impõe-se um esforço produtivo que leve ao aproveitamento dos recursos próprios e que combata tanto o grave déficit da produção alimentar como os acentuados desequilíbrios industriais. Impõem-se medidas para vencer o subaproveitamento dos equipamentos disponíveis e a inutilização de recursos financeiros estagnados ou alimentando circuitos especulativos. Precisamos de um regime fiscal não conivente com a fraude, a corrupção e a injustiça. Precisamos de uma política, rigorosamente aplicada, de selecção e orientação do capital estrangeiro. Temos necessidade de inovação tecnológica. Temos necessidade de combater tanto o alheamento dos cidadãos de um planeamento participado como a burocratização irracional e entorpecedora da administração pública. Torna-se urgente uma política económica que encare o país como um todo e não fomenta o antagonismo entre o litoral e o interior, entre a agricultura e a indústria, entre a actividade privada e a empresarial do Estado. Torna-se urgente uma política de crédito que não transfira a poupança da agricultura para a indústria, a pouca riqueza do interior para o litoral, as remessas dos emigrantes para actividades especulativas.

5. Exemplos de alguns sectores

No domínio da política para a agricultura é necessário reorientar os padrões de consumo alimentar, tendo em conta a nossa capacidade agrícola, bem como desenvolver a comercialização de bens alimentares num sentido que favoreça o aumento da produção, da qualidade, da produtividade e do emprego, de modo

a travar a delapidação do capital fundiário e a quebrar o círculo vicioso da pauperização do agricultor e dos subsídios incoerentes e corruptores.

No domínio da política industrial, a revalorização do pequeno empresário e da pequena empresa terá que achar mecanismos de intercâmbio e articulação, quer para responder às especificidades locais quer a mercados externos não tradicionais, susceptíveis de se nos abrirem. E se uma política industrial se não compadece com a aposta em empreendimentos gigantescos e vultuosos, hoje ultrapassados, igualmente se tem de recusar uma opção desindustrializadora, sem se atender à reconversão possível e produtiva do existente.

Ainda neste domínio, é necessário resolver na prática e de forma clara a complementarização entre empresas públicas e empresas privadas, articulando-as num processo de interdependência produtiva e de rentabilidade. A racionalização da gestão das empresas públicas exige, desde já, um processo de transparência na sua gestão técnica, administrativa e financeira, integrando, por um lado, as condições próprias às regiões onde estão implantadas e, por outro lado, a intervenção dos utentes através dos processos participativos adequados à democracia social. Só assim se alcançará a necessária remodelação de serviços e a inovação, que conduz a um processo socialmente equilibrado de auto-financiamento, e não à custa do agravamento dos impostos e do nível de vida dos cidadãos.

No campo da política energética, a estratégia não pode reduzir-se à visão sectorial que fomenta o desperdício para veicular modelos de sociedade e de desenvolvimento que se não discutem nem assumem a pretexto da sua tecnicidade. Um Plano Energético Nacional tem de inserir-se numa estratégia global de desenvolvimento que promova as potencialidades dos nossos recursos naturais, técnicos e humanos, que adequa as formas de energia aos seus usos, e não acentue os já graves desequilíbrios regionais e a dependência externa.

O aumento dos preços dos combustíveis e da energia eléctrica, afectando de modo profundamente desigual as actividades económicas e os cidadãos (por força dos mecanismos de transferência forçada de recursos implícitos nas estruturas tarifárias e de preços) agravará, sem corrigir, as distorções estruturais que vem de décadas passadas. Uma política energética desligada de uma política industrial, de uma política de bens alimentares e de uma política de transportes, transforma-se numa finalidade em si mesma e deixa de estar ao serviço do cidadão para forçar o cidadão a servi-la.

É também este ciclo vicioso que é necessário quebrar.

Pelo seu lado, a estabilização financeira do país não pode ser obtida à custa dos assalariados e dos mais desprotegidos. Tem de ser combatido desde já o

proliferar de situações de não pagamento de salários devidos aos trabalhadores em situação de laboração normal. De igual modo, tem de ser urgentemente corrigida a tendência que a disposição do " Lay-off" revela, i.e., a abertura para eventuais despedimentos colectivos e a cobertura aos empresários que não pagam os salários devidos.

Tal situação gera não só uma paralizante insegurança económica em todos os que trabalham, como contribui para um processo de estrangulamento das organizações sindicais a partir das empresas e das suas comissões sindicais.

Também aqui se prova que a crise do país combatida por critérios estritamente economicistas acaba por ser atentatória dos direitos constitucionais dos cidadãos. Importa, por isso, que os sindicatos, como parte integrante do tecido social, se dirijam aos problemas reais e estruturais da vida económica ao mesmo tempo que denunciam as graves distorções da conjuntura. Cada vez mais têm de ser tomados como uma fonte mobilizadora das classes trabalhadoras para fazer sair o país da crise.

Neste quadro, cabe às estruturas de poder local e regional a criação de uma solidariedade actuante entre todos os agentes da vida económica e social. Torna-se urgente que dessas estruturas - que já tanto têm provado noutros aspectos - brote o estímulo para as iniciativas individuais ou cooperativas, que, nascendo de um enraizamento na realidade possam conduzir a novas unidades produtivas, capazes de responder a necessidades reais ou potenciais . Tais unidades contribuirão, por um lado, para a produção de novos bens para o mercado interno e eventualmente também para o mercado externo e, por outro lado, para a criação de empregos correspondentes a actividades socialmente úteis.

6. Consequências para o regime democrático

A incapacidade política do governo para gerir uma mudança em profundidade da nossa vida colectiva, de par com o sucessivo afunilamento das delegações de representatividade e alheamento dos cidadãos das decisões que lhes respeitam, vem modelando uma passividade resignada e uma progressiva descrença nos méritos e virtualidades do regime democrático, enquanto se acentua a hegemonia do Estado.

Pelo Estado passam, muitas vezes num secretismo de mau agoiro, as decisões sobre investimentos e empréstimos - e assim fica condicionada, a médio ou a longo prazo, a nossa situação económica.

Pelo Estado passam as iniciativas dos grandes empreendimentos industriais, muitas vezes suscitados por factores externos à vida da sociedade portuguesa - e aí fica agrilhoadada por décadas a orientação da produção e com ela grande parte das condições sociais e dos valores culturais.

Pelo Estado passam as reformas do ensino e as opções relativas aos grandes instrumentos da cultura - e aí fica marcado o tipo da nossa vivência cultural colectiva e os moldes em que se vai escoar a nossa criatividade.

Pelo Estado passam os pequenos ou grandes arranjos relativos à maioria dos grandes órgãos da comunicação social - e aí fica gravemente comprometido o direito a uma informação livre e independente, a criação de um clima de diálogo democrático, a capacidade de enfrentar os conflitos, as contestações, as alternativas reais, no conteúdo e no estilo.

Num Estado configurado como centralizado e gigante, absorventemente estruturante da sociedade, as fórmulas e os mecanismos da democracia representativa, consignados na Constituição da República, têm-se institucionalizado com cada vez menor participação da vontade directa dos cidadãos, cuja capacidade de intervenção se limitaria apenas aos momentos em que são chamados a votar .

Fundação Cuidar o Futuro

O sistema político português começa a manifestar preocupantes distorções de exercício. São sintomas desse estado de coisas:

- a tendência para a governamentalização do Estado, em que este galopantemente se partidocratiza;
- o gradual esvaziamento da essencial dignidade, identidade e especificidade fiscalizadora da Assembleia da República, que parece, com frequência, ser uma simples câmara de eco do Executivo;
- a redução prática das competências próprias do Chefe do Estado, que ao não serem exercidas num contexto de harmonização entre o Presidente da República e o Governo na direcção do Estado, se transforma, gradualmente e perigosamente, em atribuições correspondentes ao caso limite de "segurança do sistema" em tempo de crise ou de rotura;
- o risco da perda de credibilidade das próprias "válvulas de segurança" do sistema democrático (Tribunal Constitucional, Provedor de Justiça, Conselho Superior de Defesa Nacional) ao instituírem-se numa lógica de referência Governamental e partidocrata.

Nem sequer o nível simbólico a que se festeja a celebração do renascer de um povo escapa a essa lógica: a constituição das comissões oficiais das comemorações do 25 de Abril parece ter obedecido a essa mesma lógica, e revela sec

tarismo e falta de sentido da justiça, desconsiderando mesmo os militares democratas e patriotas do Movimento das Forças Armadas .

Por outro lado, os riscos de pauperização do regime democrático não podem ser ignorados . Ao esvaziarem-se as instituições democratico-representativas, afastamo-nos cada vez mais das aspirações da democracia participada inscrita na Constituição.

7. A mudança necessária

O MAD manifesta assim a sua crescente preocupação face à situação presente e reafirma o propósito de dar o seu contributo para uma política que seja algo mais, e diverso, do que uma simples luta, às vezes pouco transparente, pelo poder, ou como uma mera relação de forças, sem projecto, em que o mais forte domina.

O MAD apela, por outro lado, à participação colectiva dos cidadãos na vida da comunidade, assumido em plenitude a sua responsabilidade na dinamização da mudança necessária.

Os portugueses têm direito ao futuro - um futuro digno do 25 de Abril. Cabe-nos a nós todos construí-lo.

Fundação Cuidar o Futuro

Lisboa, 10 de Novembro de 1983

